



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - CRIMES CIBERNÉTICOS			
EVENTO: Reunião Ordinária	REUNIÃO Nº: 1928/15	DATA: 01/10/2015	
LOCAL: Plenário 8 das Comissões	INÍCIO: 10h29min	TÉRMINO: 10h45min	PÁGINAS: 9

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SUMÁRIO
OBSERVAÇÕES
Houve intervenções simultâneas ininteligíveis.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Bom dia!

Declaro aberta a 17ª reunião ordinária deliberativa da CPI dos crimes cibernéticos.

Encontra-se à disposição dos senhores membros a cópia da ata da 16ª reunião, realizada no dia 29 de setembro de 2015.

O SR. DEPUTADO RODRIGO MARTINS - Solicito a dispensa da leitura da ata.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Fica dispensada a leitura da ata a pedido do Deputado Rodrigo Martins.

Em discussão a ata. Alguém deseja discuti-la? *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Todos que concordam com a ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada.

Comunico o recebimento da seguinte correspondência: documento encaminhado pelo Yahoo Brasil, prestando as informações solicitadas pela CPI, na reunião do dia 27 de agosto 2015.

Essa resposta, assim como as demais trazidas pelos provedores Google Twitter, Facebook foram encaminhadas aos gabinetes dos membros da Comissão.

Ordem do dia.

Apreciação de requerimentos.

Pergunto a todos se podemos fazer todas as votações em bloco. *(Pausa.)*

Item 1 da pauta: Requerimento nº 59/15, do Sr. Fábio Sousa, *que "requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite aos Srs. Delegados da Polícia Federal Pablo Bergmann e Luiz Augusto Pessoa Nogueira, para abordarem sobre a Operação Darkode, realizada pela PF em parceria com a FBI"*.

Para encaminhar, concedo a palavra ao autor.

Alguém deseja falar? *(Pausa.)*

Item 2. Requerimento nº 60/15, do Sr. Odorico Monteiro, *que "requer que seja convidado o Sr. Pablo Ximenes, para prestar informações que possam auxiliar os Parlamentares membros dessa Comissão, tendo em vista o objeto de investigação da mesma"*.



Item 3. Requerimento nº 68/15, do Sr. Daniel Coelho, *que, requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite a Joaquim Benedito Barbosa Gomes, para prestar depoimento*”.

Item 4. Requerimento nº 71/15, do Sr. Fábio Sousa, *que “requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de convite aos Rio Grande do Srs. Diego de Freitas Aranha, Pedro Antônio Dourado de Rezende, e à Sra. Maria Aparecida da Rocha Cortiz, membros do Comitê Multidisciplinar Independente (CMind), para prestarem informações sobre possíveis crimes cibernéticos relacionados ao voto eletrônico”*.

Item 5. Requerimento nº 76/15, do Sr. Sandro Alex, *que “requer a convocação de representante do CONAR para prestar esclarecimentos sobre publicidade na internet”*.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu queria mais informações sobre esse Comitê Multidisciplinar Independente. É comitê de quê?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Concedo a palavra ao autor, Deputado Fábio Sousa.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Deputado Jean Wyllys e Sra. Presidente, esse comitê é formado por representantes da UnB, professores da UnB e um deles é professor da UNICAMP. Há tempos eles vêm demonstrando em palestras, em programas, que o sistema eletrônico que nós utilizamos nas eleições pode ser, sim, fraudado.

Eu acho interessante nós ouvirmos pelo menos as considerações deles. Não estou fazendo julgamento de valor nenhum. Não estou dizendo que pode ser fraudado ou não, até porque todos nós que chegamos aqui, chegamos pelo voto da urna eletrônica, mas acho interessante nós ouvirmos o que eles têm a dizer, o que eles têm a nos informar, até para que a Comissão possa fazer o seu juízo de valor.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Deputado Fábio Sousa, foi só uma dúvida mesmo, porque eu nunca tinha ouvido falar do Comitê Multidisciplinar Independente. Esse comitê deveria estar ligado a outra instituição, e eu queria saber que instituição é essa.



Eu queria sugerir então, nesse caso, que nós ouçamos, na mesma audiência, ou pouco depois, as autoridades responsáveis pela eleição neste País.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - É fundamental que nós ouçamos, porque não podemos ouvir um comitê que tem uma avaliação sobre a votação eletrônica e não ouvir, ao mesmo tempo, as autoridades, o TSE, que é o responsável.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Trazer alguém do TSE. De acordo. Deve haver um departamento responsável por isso no TSE.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sim. Certamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Aproveito para fazer uma consideração aqui. Inclusive, há alguns nomes no requerimento do Deputado Fábio Sousa que já foram até aprovados por esta Comissão e virão aqui.

Eu só coloquei mesmo para votação pelo fato de ele ficar como autor do requerimento.

Inclusive, eu já estive também no Tribunal Superior Eleitoral, pedindo ao Tribunal para nos auxiliar aqui, na CPI. Eles se mostraram bem solícitos a trazer alguém para também ajudar nos andamentos da Comissão.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Sra. Presidente, a senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputado Esperidião Amin

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Na condição de Relator, eu gostei de oferecer uma contribuição para nossa Comissão. Peço ao Carlos Alberto que capture a última sessão de audiência pública da falecida Comissão de Reforma Política, que tinha como Relator o nosso ex-Relator, hoje, possível Ministro da Saúde, Marcelo Castro, e que ouviu aqui, em audiência pública — em junho deste ano, em maio deste ano, foi a última audiência — oito servidores do Tribunal Superior Eleitoral e um técnico.

Foi daí que resultou a proposta de emenda, que recebeu 477 votos favoráveis e 2 contrários, de autoria do Deputado Jair Bolsonaro, que estabeleceu a impressão



do voto dentro da máquina, dentro da urna, vetada, agora, pela Presidente da República, em função de despesas.

Eu tenho que dizer aqui, como opinião, em função da enorme resistência que o Tribunal Superior Eleitoral tem em relação à nossa nutrida desconfiança, que, se 477 Deputados votaram a favor da necessidade de haver um comprovante impresso — não que vá para a posse do eleitor, absolutamente, mas que fique dentro da máquina —, isso não caiu do céu. E foi respaldado pela desconfiança, quase unânime, da nossa Câmara dos Deputados.

Então, eu só peço que sejam capturadas as notas taquigráficas desse debate que resultou na emenda, que recebeu a mais ampla maioria no Plenário da Câmara da Comissão da Reforma Política.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente...

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Antes, vou passar a palavra ao Deputado Leo de Brito.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu também pedi.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Eu gostaria de ser inscrito, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Em seguida, passo a palavra aos Deputados Jean Wyllys e Fábio Sousa.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Quero apenas fazer um esclarecimento, esse Comitê questiona a respeito da auditoria, da capacidade de auditoria no sistema. E, aí, nesse sentido, dentro da sugestão que foi feita, eu sugiro que seja chamado o Secretário de Informática do TSE, Giuseppe Janino.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - É o Secretário de Tecnologia da Informação do TSE.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - Exatamente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Se todos estiverem de acordo, acrescentamos ao requerimento do Deputado.

O SR. DEPUTADO LEO DE BRITO - É um debate bem importante. Eu quero parabenizar o Deputado pela iniciativa.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Eu só quero dizer, Sra. Presidenta, que a minha questão é muito simples, eu não quero estender debate sobre uma reforma política bastante controversa, aprovada nesta Câmara, não quero emitir opinião sobre essa reforma política, nem quero estender esse debate, que já está resolvido, já que não aconteceu nenhuma reforma política na prática.

A minha questão era muito simples: eu queria saber o que era o comitê, já foi explicado. E eu acho justo e correto que chamemos as autoridades de Informática do Tribunal Superior Eleitoral, que possam contrapor ou explicar ou satisfazer as nossas nutridas —para usar a palavra do Deputado Esperidião Amin —, suspeitas, a nossa nutrida suspeita. A coisa é muito simples.

Parece-me que a Presidenta vetou, os argumentos dela...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Só por razões econômicas.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - ...são questões, exatamente, orçamentárias...

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Um bilhão e oitocentos milhões!

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Mas não, quase 2 bilhões. Não vamos entrar nessa questão, entendeu?

(Intervenções simultâneas ininteligíveis.)

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente, eu pedi a palavra.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado Fábio Sousa.

O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Eu só falei sobre a questão dessa emenda, não da reforma política, que eu falei que é finada, falecida. Mas essa reforma foi aprovada na proposta de emenda à Constituição e na lei. Ela vetou a lei, mas a PEC está tramitando no Senado.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Mariana Carvalho) - Com a palavra o Deputado Fábio Sousa.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - ...concordando com o Governador Amin, na verdade, eu não estou querendo, concordando com ele 100%, na verdade, eu



não estou nem fazendo juízo de valor — se é errado ou não, se o sistema é falho ou não. Eu repito: se nós todos estamos aqui, foi através desse sistema, nós ganhamos a eleição através desse sistema.

A minha observação é que há esse grupo de professores notáveis, que há tempos falam isso, há tempos demonstram isso, e eu acho interessante ouvi-los. E concordo com o Deputado Jean Wyllys, que seja trazido alguém do TSE para conversar conosco.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Só fazendo então...

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Presidente, Presidente...

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Claro, Deputada.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Então, eu queria dizer que estamos debatendo alguma coisa sobre a qual nós temos uma profunda convergência. A todos nós, que somos aqui agentes políticos, é do maior interesse que o processo eleitoral seja maximamente seguro.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - E se isso, é claro, tem impacto nas eleições majoritárias, e boa parte dessas questões foi suscitada no ano passado por conta do processo majoritário, isso impacta fundamentalmente nas nossas eleições proporcionais, em que 40 votos podem fazer toda a diferença do mundo.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Sem dúvida.

A SRA. DEPUTADA MARGARIDA SALOMÃO - Então, eu acho que termos essa Mesa com a presença desses professores, e também do TSE, para apresentar a sua posição divergente, nos contempla muito.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Ótimo. Então, fica registrado...

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Permita-me fazer só uma observação, Sra. Presidente. A minha observação é na linha do que o Governador Amin agora há pouco falou. Dois bilhões, se é informação, é um preço muito barato a ser pago em prol de uma democracia, com toda sinceridade.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Então, fazendo o acréscimo aqui do Secretário de Tecnologia da Informação do TSE...



O SR. DEPUTADO ESPERIDIÃO AMIN - Concluo, Presidente, para ninguém pensar que eu sou contra a urna eletrônica. A urna eletrônica nasceu em Santa Catarina, e foi pela primeira vez experimentada na cidade de Brusque, em 1988.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Então, vamos fazer a votação.

Todos que concordam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Os requerimentos foram todos aprovados.

Eu só gostaria de trazer uma informação a todos. Na próxima segunda-feira, estaremos em Natal. Se houver algum Deputado que também possa comparecer... O requerimento é de autoria do Deputado Rafael Motta, para debater sobre casos de pedofilia também. Vamos estar juntos com a Polícia Federal do Estado do Rio Grande do Norte. Se alguém quiser e puder também fazer parte na segunda-feira — o Deputado Leo de Brito já confirmou sua presença também —, seria importante a participação de todos.

Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. DEPUTADO JEAN WYLLYS - Sra. Presidente, trago uma questão para V.Exa., para o Deputado Leo de Brito, para o Relator desta CPI.

Hoje está na pauta. No dia 28, a Comissão de Constituição e Justiça fez uma audiência pública sobre o projeto do Deputado Hildo Rocha, que é o Projeto de Lei nº 215, de 2015, que trata dos crimes contra a honra praticados nas redes sociais. É um projeto de lei que afeta diretamente o Marco Civil da Internet. E, ao mesmo tempo, a Comissão de Defesa do Consumidor também fez um debate sobre uma nova regulamentação para o Marco Civil da Internet. Ou seja, são duas instâncias que estão sucateando esta CPI. Eu acho que é de bom tom que a Mesa da CPI — a estrutura de Presidência e de Vice-Presidência — tenha uma conversa com esses Deputados. A nossa CPI vai perder um pouco a função, uma vez que essas matérias legislativas estão tramitando da nossa parte, enquanto debates estão sendo feitos sobre coisas que dizem respeito a esta CPI.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Deputado, na terça-feira agora tivemos audiência aqui, e comentei que, se ficam essas discussões em outro momento, enquanto já estamos discutindo isso, perde-se totalmente o sentido, o foco da CPI.



Acho que precisamos, sim. Já conversei até com o Presidente da Casa sobre os trâmites desses projetos que estão andando aqui, que acabam prejudicando o nosso trabalho. Então, acho que, se todos aqui pudessem ajudar nesse andamento dos projetos que aqui estão... Senão, não tem sentido chegarmos ao relatório final desta Comissão.

A outra informação que eu gostaria de dar é que pedimos para a nossa assessoria fazer um estudo e levantamento sobre os requerimentos recebidos de autoria do Deputado Sandro Alex, que pediu informações a Google, Yahoo, Twitter e Facebook. Eles já mandaram as respostas. Hoje chegou a do Yahoo. Então, na próxima terça-feira, todos receberão esse estudo elaborado pela nossa assessoria, para podermos ter conhecimento sobre esses fatos.

Na segunda-feira, voltaremos de Natal, e, na terça-feira, teremos uma audiência.

Não sei se alguém quer fazer mais algum comentário.

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sra. Presidente, já se sabe quem vai ser ouvido na terça-feira?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Na terça-feira será o requerimento de autoria de V.Exa., Deputado Fábio Sousa. Não estou agora com os nomes, estamos apenas com o pessoal da... Não tenho agora aqui. Tem como saber qual é o requerimento?

O SR. DEPUTADO FÁBIO SOUSA - Sou Relator de um projeto que trata da Lei do Esquecimento aqui na Casa, mas o requerimento não é de minha autoria. Tudo bem. É a título de informação apenas.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Não estou lembrando quem é. Na próxima quinta-feira, o Ministro Edinho estará aqui. Era nesta quinta, e ele pediu para vir na próxima.

Tem a palavra o Delegado Éder Mauro.

O SR. DEPUTADO DELEGADO ÉDER MAURO - Sra. Presidente, V.Exa. estava falando de requerimentos e audiências. Como nós temos nosso requerimento, eu gostaria de saber com a sua assessoria como estão as questões das audiências com as operadoras e com o Presidente da...



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Mariana Carvalho) - Eu vejo para V.Exa. qual é a data em que está marcada a audiência com eles e lhe passo. Se V.Exa. puder ir também na nossa audiência, segunda-feira, em Natal...

Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando reunião de audiência pública da CPI para a próxima segunda-feira, dia 5 de outubro, às 8h30, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, para tratar do combate aos crimes cibernéticos envolvendo crianças e adolescentes, tema da sub-relatoria do Deputado Rafael Motta.

Convoco também reunião da Comissão para a próxima terça-feira, dia 6 de outubro, em plenário da Câmara dos Deputados a ser previamente informado.

Está encerrada a reunião.

Bom dia a todos.